

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ILHABELA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Eu Eliane Del Arco BC/21/809132 (Birth Certificado) natural de São Caetano do Sul-SP Brasil , agente autorizado de ELIANE DEL ARCO PEREIRA DA SILVA FN/21/809558(Ficcion Name) gravado no Livro de Atos da Common Law Court Internacional, função atual Artesã., (portador do RG nº NT. e do CPF nº NT, não estou registrada na Jurisdição Cível , veja anexo foto de minha Credencial da Common Law Court Internacional com código QR), sou residente e domiciliado na Rua dos Carijós , nº 720, bairro Barra Velha , cidade Ilhabela-SP nesta cidade(onde moro e sou proprietária há mais de 30 anos), endereços eletrônicos: lianetuty21@protonmail.com; elianeclc.artesan@gmail.com; eliclc.international@gmail.com, venho por meio do instrumento Anexo "SINE IUS" / "Adversus Interdictum " isentar me da necessidade de um advogado. E, com fundamento nos termos do art. 5º, [LXIX da CRFB/88](#) e da Lei nº [12.016/09](#), impetrar o presente

MANDADO DE SEGURANÇA REPRESSIVO COM PEDIDO DE LIMINAR

contra ato ilegal e arbitrado pelo Sr. Encarregado Comercial Administrativo Wendel Nunes Gonçalves SABESP-Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo , agente principal apontado aqui como coator, cujo endereço para notificação é Rua Espírito Santo Gleba 1, número 97, Barra Velha - Cep 11630-000 _ Ilhabela. S.P., o que se faz com base nos fatos e fundamentos a seguir elencados.

I— DA TEMPESTIVIDADE

O prazo para ajuizamento do mandado de segurança é de 120 dias, de acordo com o art. [23](#), da Lei nº [12.016/09](#)

Art. 23. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

O Impetrante vem Notificando o Sr Wendel Nunes Gonçalves, desde o dia 04 de fevereiro de 2022 ,Notificação referência Prot n. edaps/01-0402022(Veja anexo emails Certificados...)e no dia 22 de maio de 2022 enviou lhe uma Ação de Aceitação Por Valor em resposta ao protocolo sobre suspensão de fornecimento de água mediante coação de pagamento; onde fora cientificado do ato impugnado desde o momento em que ocorreu a efetiva lesão ao direito líquido e certo do Impetrante que é o acesso ao fornecimento de água potável.

Logo, contabilizando-se 120 dias dessa data, tem-se o dia 02 de junho de 2022 como prazo final para a propositura do mandando de segurança preventiva.

Devido ao agravo decorrente da suspensão do fornecimento de água potável, que inibe o meu direito à Vida, e considerando que a torneira é o unico recurso que o serviço público do município de Ilhabela-SP e o Estado oferecem como acesso a agua potável por encanamento; Assim, esclareço a

tempestividade para a propositura do presente remédio constitucional de um Mandato de Segurança Repressivo com Liminar.

DOS FATOS

1. Eu, Eliane Del Arco Pereira da Silva tenho direito ao acesso irrestrito e contínuo do serviço público de fornecimento de água canalizada e potável, porque tal serviço se constitui e se caracteriza como essencial para a minha própria sobrevivência, constituindo-se em verdadeiro assunto de saúde pública, corolário, portanto, considerado do direito à cidadania e à dignidade da pessoa humana, que se constituem em fundamentos da própria República Federativa e do Estado Democrático de Direito e sufragados nos incisos II e III do artigo 1º da Carta Maior.

2. Além disso, a interrupção no fornecimento da água, por parte do agente do serviço público, se mostra ilegal e abusiva, porque o Código de Defesa ao Consumidor, que veio a lume por força do que dispõe o inc. XXXII do art. 5º da Carta Magna, não permite, de modo algum, que o serviço seja suspenso por falta de pagamento.

3. Contratei um técnico particular para encontrar o "vazamento oculto" no terreno de minha casa e foi identificado que no local a terra com a chuva cedeu o cano (tratava se de um novo encanamento em função de uma recente Obra em minha residênciade em função da exigência de caixa de esgoto da sabesp- tivemos que fazer um novo encanamento de entrada de agua para dar espaço, e com o passar do tempo(aproximadamente 1 ano após a reforma) o aterramento forçou o cano de entrada de água que cedeu ao vazamento. eapós diversas ligações no SAC da SABESP com resultados insarusfatórios, recebi um documento da empresa SABESP para comparecer na "SABESP-Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo Rua Espírito Santo Gleba 1, número 97, Barra Velha - Cep 11630-000 _ Ilhabela. S.P".

Wendel Nunes Gonçalves , se apresentou como o Agente Principal responsável , e disse ser o Encarregado Administrativo Comercial da SABESP e me garantiu que não iriam suspender o fornecimento da agua , como também cocordou em cancelar a cobrança faturada no Documento N° SOP202231518, Fornecimento 463800273002, tipo Faturamento água Residencial código 82680000025 7 51020097091 9 00923620089 00923620089 6 21591867443 7, discriminado/com vencimento no dia 14/01/022 entregue pelo correio no dia 28/01/022 , nomeada como Titular/Cliente ELIANE DEL ARCO PEREIRA DA SILVA ,especificando condição de leitura de Água em 03/12/2021 e leitura atual em 03/12/2022, subtotal RS1.259,16, e valor total igual a 2.538,32 ,me deu um cartão com o numero do protocolo do atendimento, o endereço do e-mail e telefone, e me pediu que aguardasse a virada da semana (terça-feira) quando ocorresse a próxima leitura do relógio de registro de água e ele poder fazer uma média do consumo somado ao mes anterior ao vazamento. E quanto ao Contrato e o nome com Letras maiúsculas que eu reclamei ,ele me disse que eu poderia

enviar a Notificação por email.

4. Ocorreu que Wendel Nunes Gonçalves não entrou em contato comigo na data prevista conforme ele mesmo se comprometeu, e me enviou por email um agendamento sem me consultar, impondo uma vistoria na minha casa, o qual não ocorreu .e, eu respondi a ele com uma Notificação de Cortesia, e Rechaço do Contrato referente a fatura referente a fatura que ele não havia cancelado como prometeu, e junto com o envio da Notificação anexei outros documentos e minhas declarações (veja email certificado do dia 02 de fevereiro de 2022)
5. Mesmo após ser Notificado doc referência Prot n. edaps/01-0402022.(Vide anexo), Sr Wendel parece ter ignorado a Notificação e se dirige até minha casa, batendo palmas no portão e me chamando pelo nome. Ele estava na companhia de outro Ser que ele diz ser encanador e insistia em querer entrar em minha casa com este outro Ser dizendo que tinha que ver se tinha vazamento na casa(o qual eu já havia sanado), eu estava sozinha na casa e neguei, mesmo porquê já havia notificado a ele(ref...).Ele se altera,diz que recebeu minha Notificação mas não leu porquê não era obrigado a ler , ofende minha integridade dizendo para eu falar com "meu advogado"(não tenho nenhum), porquê "eu não tenho capacidade de falar com a SABESP"(Vide o vídeo).
6. Logo após ele ir embora, meu telefone dispara com mensagens de cobrança da fatura com o valor a cobrança do valor cheio e com datas atrasadas, e eu Rechaço novamente estes contratos e encaminho um adendo a Notificação aos cuidados do Sr Wendel Nunes Gonçalves para Cessar e Desistir e dizendo que ele infringiu os Termos no qual foi Notificado (vide Email Certificado) e que de acordo com o exposto inclusive no item que se referia as Taxas da Tabela, eu nada devo!.

As cobranças cessaram e por hora, e imaginei ter resolvido, e feito por entendido entre as partes. E no dia 16 de maio de 2022 encontro um envelope azul da empresa SABESP sem data de entrega, sem Selo do Correio, com Aviso de suspensão de água mediante coação de pagamento até dia 18 de maio de 2022. Eu respondi com uma Ação de Aceitação Por Valor e encaminhei à Atenção do Sr Wendel (Vide Anexo Doc Ação de Aceitação Por Valor_ e Email Certificado), que consegui concuir com a apuração das testemunhas no dia 22 de maio e; e reenviei com Email Certificado no dia 24 de maio para assegurar de que ele recebeu..

7. No dia 26 de maio, quando fui abrir a" torneira da água da rua"no meu quintal, percebi que já não tinha agua.para dar para meus animais domésticos, nem para regar as plantas, nem para limpar a sujeira no quintal, e verifiquei que o registro de água estava com uma trava de cor amarela (um tampão) impedindo o acesso a água potável.

Eu fiquei surpresa com está atitude, pois ainda aguardava uma resposta à estav Ação de Aceitação Por Valor(_ no prazo de até 15 dias corridos); ou ,que se resolvesse juridicamente.

Além do mais, a suspensão do fornecimento de água como meio de coerção

para o recebimento de contas atrasadas é vedada pelo Código de Defesa do Consumidor, que em seu art. 42 assim prescreve: "Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto ao ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça."

Para o recebimento da conta ou das contas atrasadas, o credor deveria se utilizar dos meios judiciais cabentes e não expô-lo ao ridículo, submetendo-o ao constrangimento de ficar sem água, ofendendo, com isso, os princípios constitucionais da cidadania e da dignidade da pessoa humana, brasileiro ou estrangeiro; inclusive os meus direitos inalienáveis como mulher viva de direito à vida. (* neste exato momento em que escrevo estas linhas, estou me sentindo lesada, pois até mesmo a água da caixa d'água chegou ao fim; e mesmo assim após ter ligado para todas as instituições/órgãos estaduais deste município como: polícia militar, defesa civil, secretaria do meio ambiente; ouvidoria da prefeitura, setor de obras urbanas, assistente social, ouvidoria da SABESP (conforme foram me transferindo as ligações e passando-me outros telefones); na busca por Socorro à Vida: direito fundamental de acesso à água potável; não encontrei sequer um Caminhão Pipa para encher minha caixa de água, nem sequer me informaram um valor, conclusão, o Socorro me foi negado! E a ouvidoria da SABESP informou o endereço de correio eletrônico para eu encaminhar os documentos para eles investigarem e darem uma resposta no prazo de 5 dias, dizendo que o caso da suspensão de água e a Ação de Valor que eu encaminhei aos cuidados do Sr. Wendel, encarregado da SABESP era de outro setor separado deles, que a ouvidoria trata dos assuntos de reclamações de atendimento do SAC).

Me perdoe se a minha narrativa se apresenta um pouco extensa e cansativa de se ler, por tentar descrever sobre como eu me sinto lesada diante desta situação, que se torna impossível transcrever, descrever aqui todos os episódios dos fatos que tem ocorrido e as ameaças à minha integridade moral:-

- O Socorro me foi negado porque não tem criança com menos de 5 anos na casa. Mas geralmente eu recebo a visita de meus filhos e meu neto tem 4 anos de idade

-Tenho animais: 3 cachorros e dois gatos que adotaram minha casa para eu lhes servir água e ração. A minha cachorra está desdentada e eu uso água potável para fazer a papinha ou amolecer a ração - ela não anda e está muito complicado sem água higienizar o ambiente para ela, inclusive ela exige muito da minha atenção e do meu tempo para seus cuidados.

- Tenho casa, mas não tenho renda mensal: depois da Pandemia meus negócios tiveram uma recaída e minhas finanças não estão bem., já consumii quase toda a minha reserva e o dinheiro que tenho na conta só dá para prover minha alimentação e de meus animais por mais 3 meses. E antes que isto ocorra, tenho planos de alugar minha casa e com o que receber pagar aluguel em uma outra casa menor e de menor valor até que eu consiga recuperar melhores condições, e para que isto ocorra, pretendo me mudar desta cidade, e morar perto de minha família em outra cidade. Por isto eu não poderia usar das minhas últimas economias para efetuar o pagamento de

uma fatura cujo valor é muito alto e corresponde a um vazamento oculto do cano na parte externa da casa ao qual eu já havia esclarecido ao Sr Wendel Nunes Gonçalves.

8. DA DECLARAÇÃO DOS FATOS

o Sr Wendel Nunes Gonçalves fora Notificado: No final de 2012 ocorreu, especificamente o encerramento das corporações do mundo que operavam sob o disfarce de governos do povo, bancos e todas as outras corporações por motivo de traição e danos às pessoas do planeta sem seu conhecimento, consentimento voluntário e intencional, especificamente: Governos e filiais Cancelados: (Refer: declaração de fatos: UCC Doc. # 2012127914 Nov. 28 2012)

"...Que qualquer e todas as filiais, incluindo o governo Federal dos Estados Unidos, ESTADOS Unidos, " ESTADO de ...",

Incluindo todas e quaisquer abreviações, apelidos, ou outra forma legal, financeira ou de gestão, todos e qualquer equivalente internacional, incluindo todos e qualquer escritório, incluindo todos e qualquer OFICIAL, SERVIDOR PÚBLICO, ORDENS EXECUTIVAS, TRATADOS, CONSTITUIÇÕES, PAPÉIS TIMBRADOS, ATAS, e todo e qualquer outro contrato e acordo feito sob eles e por eles, estão agora, anulados, sem valor, ou de outra forma cancelados, sem refutar; ..." E até hoje nunca foi recitado.

Bancos e Agências Cancelados: (Refer:: True BILL: WA DC UCC Doc # 2012114776 Oct 24 2012) "Declarado e ordenado irrevogavelmente cancelado; todas e cada uma das sucursais membros do Bank of International Settlements (BIS), incluindo todos os beneficiários, incluindo todos certos estados do corpo possuindo, operando, ajudando e em cumplicidade conduzindo sistemas privados de dinheiro, emitindo, coletando, sistemas de aplicação legal, operando SISTEMAS de escravidão ... confiscando valor legítimo mediante representação declaração de fatos

"Tal DECLARAÇÃO DE FEITOS, identificada aqui, re declarada aqui, permanece sem refutar e permanece como verdade "

"Absoluta em Lei, comércio e SER, assentada no registro público, decreto de lei universal, para que todos se baseiem nela. Ver

[https://gov.propertyinfo.com/DC-Washington /](https://gov.propertyinfo.com/DC-Washington/) (registro obrigatório), ou www.peoplestrust1776.org. "

Consequentemente, o respondente Sr Wendel Nunes Gonçalves foi notificado de que agora estaria atuando na capacidade de indivíduo, sem o respaldo da corporação e com responsabilidade pessoal completa por CADA atuação que TOME sob lei comum protegida e preservada por regra publica UCC 1-103, e lei Universal, a lei governante estabelecida nos arquivos do OPPT assentados no documento de UCC. (Refer: WA DC UCC Ref Doc # 2012113593)

Wendel Nunes Gonçalves foi Notificado que Caso decidisse agir em nome de uma entidade cancelada, causando ao Proponente qualquer dano aqui mencionado, o respondente Sr Wendel , em sua capacidade individual e ilimitada, seria absolutamente responsável.

E de que Tais ações poderiam resultar em remédio legal contra o respondente, em conformidade com as regras públicas UCC 1-305, incluindo mas não limitado a documento comercial UCC (Embargo), contra as propriedades do Respondente.

Além disso, foi lhe chamada a atenção de que a ordem é dirigida à Declaração e Ordem: UCC Doc # 2012096074, Sept. 09 2012, devidamente re confirmada e ratificada por documento comercial UCC Doc. No. 2012114586 e documento verdadeiro UCC Doc. No.2012 114776 , que declara:

. Voluntários dentro do exército... "prender e colocar em detenção todos e cada um de certos estados do corpo, seus agentes, oficiais, e outros atores, independentemente de seu domicílio por escolha, possuindo, operando, ajudando e conduzindo sistemas privados de dinheiro, emitindo, coletando, sistemas de aplicação legal, operando SISTEMAS de escravidão contra cidadãos em vários estados,...", e " re possuir todos os sistemas privados de dinheiro, rastreando, transferindo, emitindo, coletando, sistemas de aplicação legal operando SISTEMAS DE ESCRAVIDÃO..."

"...todos os seres do criador deverão imediatamente auxiliar todos os Servidores públicos aqui identificados, a implementar, proteger, preservar e completar esta ORDEM por todos os meios do criador e criação conforme indicado aqui, por, com, e sob sua própria e completa responsabilidade pessoal..."

E Caso o respondente cesse e desista de todas e cada uma das ações contra o Proponente, as ações levadas contra os bens do Respondente serão evitadas.

O respondente, sr Wendel Nunes Gonçalves foi notado pela crescente e cumulativa responsabilidade adquirida através da instrução, direção, ou conspiração com colegas no acompanhamento de ações prejudiciais contra o Proponente. Caso os colegas por instrução do Respondente prejudiquem detrimentalmente o Proponente, eles serão conjuntamente e severamente responsáveis mediante a doutrina de

Principal e Agente, preservada pela regra publica UCC 1-103, e é agora sua responsabilidade moral e comercial de informá-los. É sua obrigação investigar sua responsabilidade e qualquer outra responsabilidade potencial futura que seja criada por sua livre decisão consciente voluntária e intencional de prejudicar o Proponente.

O Proponente , eu Eliane Del Arco Pereira da Silva fiz devidamente uma notificação adicional ao respondente, a notificação original é matéria de registro feito e dado pelo OPPT.

9. Não existe vínculos de Contrato entre eu mulher viva Eliane Del Arco Pereira da Silva com a empresa SABESP; portanto estas faturas são ilegais, indevidas e abusivas.

9. 1. Meu nome , minha casa ,meu clã e meus animais domésticos estão declarados no livro de Atos da Common Law Court Internacional (veja anexo extrato da Sala de Declaração e Notícia da Common Law Court Internacional). Portanto, meu nome Eliane Del Arco Pereira da Silva E a casa onde moro são minha propriedade privada; e também já reclamei a propriedade do nome Comercial, Fictício(FN) ELIANE DEL ARCO PEREIRA DA SILVA e como agente autorizada, eu não autorize a empresa SABESP a usar e administrar contrato com ele. E o sr Wendel foi Notificado e continuou na insistência de uso abusivo.

10. Sobre pagamentos de fatura/contratos por fornecimento de água encanada pela empresa SABESP (serviços públicos?): Esta casa onde moro na rua dos Carijós 720 a qual atualmente a empresa SABESP suspendeu o fornecimento de água potável por falta de pagamento , foi uma das primeiras casas a ser construída aqui na rua -há 30 anos atrás- e o acesso a água potável, sem flúor, sem cloro,sem odor ,era gratuito e canalizado do poço artesiano que existia no final da rua, e compramos um motor que nos custou muito caro na época, para jorrar a água para a caixa d'água e distribuir para o encanamento da casa. O pedreiro que construiu a minha casa, continuavmorando aqui ao lado, ele é conhecido pelo nome de "Seu Loro" - ainda está Vivo e lúcido, tem 81 anos de idade- , ele e seus ajudantes de obra são Testemunhos de que o acesso a água potável do encanamento da minha casa vinha de um poço artesiano e ajuda de um motor ligado a energia para subir a água até a caixa d'água. E, passado alguns anos, sem o meu consentimento, o serviço público Municipal e a Empresa SABESP, romperam este acesso de fornecimento de água do poço artesiano e substituíram pelo fornecimento de água da empresa SABESP com flúor e cloro, passssando a emitir cobranças- inclusive de esgoto, sem que houvesse na verdade um tratamento de água de esgoto.

Contudo, o motor /A bomba de água motorizada por energia elétrica e me custou caro na época, e ficou danificado com desuso de ao rompimento que fizeram ao acesso a agua potável do poço artesiano para implementarem o fornecimento de água da SABESP e e devido ao prejuízo ,acabei doando este motor para o ferro velho.

Recentemente fui obrigada a contratar prestadores de serviço e compra de material, para refazer o encanamento da entrada de água na casa e providenciar o tanque e encanamento do esgoto porque a SABESP resolveu fazer o encanamento de esgoto na rua e se eu não providenciado a caixa de esgoto conforme as exigências, não teria água nos canos e torneira da casa. E foi por conta desta reforma, que ocorreu um vazamento oculto do cano e disparou o relógio de registro do fornecimento de água da SABESP. Como o vazamento era oculto , tive que contratar um técnico para encontrar o vazamento e arcar com

os custos dos serviços prestados(Vide Anexo comprovante de pagamento).

A EVENTUAL OFENSA POR IGNORAREM O MEU DIREITO FUNDAMENTAL E DA POSSIBILIDADE DE IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA O ATO ABUSIVO:

Para isso, em itens apartados e em largas linhas, pretende-se nesta apresentação :

- a) conceituar e caracterizar os direitos fundamentais;
- b) investigar, também de modo abreviado, as origens do Mandado de Segurança, trazendo algumas anotações sobre o direito estrangeiro;
- c) analisar o conceito de direito líquido e certo para a impetração da segurança em face do caso concreto e estudar se é possível ou não a concessão de liminar na segurança;
- d) investigar se a segurança deve ou não ser concedida; e
- e) verificar, por derradeiro –uma vez considerado o direito do usuário como verdadeiro direito fundamental e não atendido o Mandado de Segurança – se o caso não envolveria os princípios constitucionais em meros simbolismos e desprovidos, portanto, de efetividade

IV_Dos Direitos Fundamentais:

"A ampliação e transformação dos direitos fundamentais do homem no evoluer histórico dificulta-lhes um conceito sintético e preciso. Aumenta essa dificuldade a circunstância de se empregarem várias expressões para designá-los, tais como: direitos naturais, direitos humanos, direitos do homem, direitos individuais, direitos públicos subjetivos, liberdades fundamentais, liberdades públicas e direitos fundamentais do homem"(José Afonso da Silva _1995, p.174),

Já Antonio Enrique Perez Luño (1999, p. 12-14) desenvolve pensamento inteligente ao trazer delimitação conceitual dos direitos humanos. Realmente, diz o autor que os resultados a que se chega quando se questiona a um homem médio o que entende ele a respeito de "direitos humanos" é semelhante à resposta que se obtém quando se pergunta ao homem comum o que significa o termo "razão", porque, em ambos os casos, as pessoas arguirão que se trata de questão supérflua, já que o vocábulo "razão" se explica por si mesmo, além do que, no que se refere aos "direitos humanos", inegável se mostra que todos têm perfeita noção de seus próprios direitos.

Portanto, o uso do termo "direitos humanos" se alargou enormemente, servindo, pois, de base para argumentos de caráter social, político e jurídico.

Após elaborar resenha histórica em torno do surgimento dos direitos humanos e citar, inclusive, trecho da obra de S. F. Ketchekian, Luño (1999, p.

23) destaca que a primeira aparição da idéia de direitos humanos teve lugar durante a luta contra o regime feudal e a formação das relações burguesas, não se devendo esquecer, ademais, que os direitos humanos são frutos da afirmação das idéias jusnaturalistas. Por outro lado, com base nos ensinamentos de Wolfgang Goethe, Luño (1999, p. 48) esboça a seguinte definição:

(...) un conjunto de facultades e instituciones que, en cada momento histórico, concretan las exigencias de la dignidad, la libertad y la igualdad humanas, las cuales deben ser reconocidas positivamente por los ordenamientos jurídicos a nivel nacional e internacional.

(...)La definición propuesta pretende conjugar las dos grandes dimensiones que integran la noción general de los derechos humanos, esto es, la exigencia iusnaturalista respecto a su fundamentación y las técnicas de positivación y protección que dan la medida de su ejercicio

Trazida, pois, a definição acima, que demonstra e menciona os elementos que compõem os direitos fundamentais, em passo seguinte cabe investigar se seria ou é possível dizer que o direito à utilização de água potável pode ser incluído como um direito fundamental do cidadão.

Para isso é de se analisar as características dos direitos fundamentais. De fato, segundo o melhor escólio de Walter Claudius Rothenburg (2000, p. 145) os direitos fundamentais

“(...) são universais porque inerentes à condição humana (...)”, de modo que,

Se é certo que a noção de direitos fundamentais parte e gira em torno da idéia de atributos do ser humano por sua mera condição existencial, a indicação do conteúdo desses direitos fica a cargo da consciência desenvolvida por determinada comunidade em cada momento histórico.

Considerando as palavras acima, que se mostram bem posicionadas para o que ora se pretende aqui, pode-se dizer que o ser humano possui necessidades básicas, que são peculiares à sua própria condição de ser vivo. Pode-se dizer, até mesmo, que certas necessidades são universais e se estendem a toda e qualquer forma de vida. Ora, obviamente que isso se dá em relação à água, que é produto essencial à existência da vida. De maneira que é de se repetir:

se “(...) a noção de direitos fundamentais gira em torno de atributos do ser humano por sua mera condição existencial (...)” (ROTHENBURG, 2000, P. 145)

Pressume-se que a água ou a necessidade dela para a sobrevivência da pessoa humana se constitui em um dos direitos fundamentais.

Sublinhe-se que a Constituição, ao impor respeito e cumprimento ao que

elegeu como direito fundamental, delimita a função estatal. É justamente por isso que Dimitri Dimolius (2010, p.47) extraiu o conceito de que os direitos fundamentais têm por finalidade limitar o exercício do poder estatal em face da liberdade individual. São direitos de status negativus ou pretensão de resistência à intervenção estatal.

Trata-se de direitos que permitem aos indivíduos resistir a uma possível atuação do Estado. Nessa hipótese, E (esfera do Estado) não deve intervir ("entrar") em I (esfera do indivíduo), sendo que o indivíduo pode repelir eventual interferência estatal, resistindo com vários meios que o ordenamento jurídico lhe oferece. Estes direitos protegem a liberdade do indivíduo contra uma possível atuação do Estado e, logicamente, limitam as possibilidades de atuação do Estado. (DIMOLIUS, 2010, p. 55)

Exemplo: a Municipalidade e/ou a concessionária de serviço público tem o dever de fornecer água aos consumidores, que, por sua vez, devem pagá-la. Em uma linha lógica, poder-se-ia dizer que sem pagamento não haveria o porquê se operar a continuidade da atividade de fornecimento. Porém, se o direito de recebimento de água enquadrar-se entre os direitos fundamentais, os usuários podem valer-se da possibilidade de resistência a uma intervenção estatal de corte de seu fornecimento. A questão que se coloca é se o corte de fornecimento de água seria forma lícita de compelir o usuário ao pagamento de tarifa ou multa, ou extrapola os limites da legalidade ou constitucionalidade conferida ao direito e se este, por seu conteúdo ou substância, encaixa-se nas características para ser considerado um direito fundamental.

A essência do direito está na proibição imediata de interferência imposta ao Estado. Trata-se de um direito negativo, pois gera a obrigação negativa endereçada ao Estado, a obrigação de deixar de fazer algo. Trata-se de uma obrigação de abster-se da intervenção na esfera de liberdade e garantida pela Constituição (imperativo de omissão – Unterlassungsgebot). (DIMOLIUS, 2010, p. 55/56)

Na verdade, não há como justificar, portanto, como a simples falta de pagamento de uma conta d'água possa ensejar que um ser humano fique ou venha a ficar privado de algo que lhe é fundamental à sua própria existência.

Um Estado que permite a prática de semelhante ato poderia ser considerado democrático ou de Direito? Ao cortar ou interromper o fornecimento d'água o Estado estaria realmente valorizando o seu indivíduo-membro? Não estaria, ao contrário, somente valorizando as relações de consumo?

Ora, se nem os animais podem ser privados da água, como se justificar que possa alguém privar o homem desse elemento essencial para a sua sobrevivência?

Portanto, uma vez caracterizado o direito fundamental como universal

–como de resto foi feito nas linhas anteriores– parece-nos que só esta caracterização já seria mais do que suficiente para se dizer que o corte d'água, uma vez concretizado, ofende, sem dúvida alguma, o direito fundamental do cidadão; ofende inclusive os direitos do Homem que são Direitos Universais.

Mas, como os direitos fundamentais têm outras características, acreditamos que outras reflexões ainda cabem em relação à situação cuja análise ora se realiza. Com efeito, Rothenburg (2000, p. 149) aponta que, além de universais, os direitos são

- (1) anteriores à positivação, além do que têm verdadeira
- (2) interrelação entre si,
- (3) têm possibilidade de expandir-se e
- (4) são inexauríveis.

V– DOS PEDIDOS .

Com base na orientação doutrinária acima, que os direitos fundamentais são anteriores à própria positivação e por ela não podem ser esgotados. A vida é um direito fundamental e essa consciência está presente na coletividade antes mesmo de sua positivação.

Para que exista vida –e hoje muito se fala em qualidade de vida– é necessário que a pessoa usufrua de vários elementos básicos, dentre os quais, por óbvio, figura a água. Assim, numa sequência lógica, o direito a ter água para a própria sobrevivência é de ser considerado também como um direito fundamental, não sendo, inclusive, necessário que esse direito esteja explicitamente reconhecido ou positivado. Basta, segundo pensamos, que exista consciência de sua fundamentabilidade.

No ponto relativo à inter-relação existente entre os direitos fundamentais, a Constituição Federal, no inciso III de seu art. 1º diz que o fundamento do próprio Estado de Direito repousa e tem como base a dignidade da pessoa humana, garantindo, também, no caput do art. 5º, a inviolabilidade do direito à vida, sufragando, de igual maneira, em seus arts. 6º e 196, que a saúde é direito de todos e dever do Estado.

Ora, como o fundamento do Estado está calcado na dignidade da pessoa humana; como a saúde é direito de todos e dever do Estado; como, para ter saúde e dignidade ou, em uma palavra, para ter vida "a pessoa"(refiro me aqui ao Ser Vivo, capacitado , um Homem Vivo, consciente de quem É; e não, a"persona" ficção), carece de água potável, deduz-se que o Estado ou a pessoa jurídica concessionária de serviço público não pode, de modo algum, interromper o fornecimento de água por falta de pagamento. A presente

analisa a possibilidade ou não de o Poder Público vir a suspender o fornecimento de água por falta de pagamento. E Procura, assim, destacar que:

_ A suspensão dos serviços de fornecimento de água envolve a violação aos direitos da cidadania e da dignidade da pessoa humana, bem como atenta contra os objetivos fundamentais da República, que se referem à construção de uma sociedade livre e solidária, como também a de erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais.

A presente mostra, portanto, como é importante o atendimento ao Mandado de Segurança do qual o usuário poderá lançar mão se essa hipótese vier a ocorrer porque, caso contrário, isto é, em caso de não acatamento desse remédio jurídico, o próprio texto constitucional poderá apresentar-se como meramente simbólico e não de autêntica concretização.

PALAVRAS-CHAVES: Fornecimento de água; suspensão; mínimo vital; direito fundamental do usuário; Mandado de Segurança.

Ante todo o exposto requer se que:

1. que Vossa Excelência ordene liminarmente, a anulação do ato ilegal e que a Autoridade coatora forneça o religamento para o permanente e contínuo fornecimento de água potável.
2. Que Vossa Excelência conceda por sentença o presente Mandado de Segurança, confirmando a liminar certamente deferida, para anular o ato ilegal e que E que os danos causados pela consequência da suspensão da água potável possam ser reparados pela autoridade coatora; ou, que efetuem o valor equivalente conforme já notificado (veja Tabela de Taxa edaps doc Declaração Jurada e no Documento Ação de Aceitação por valor)

tificação da autoridade coatora para que preste as informações que entender pertinentes do caso;

c) que seja dada ciência à pessoa jurídica Município de Ilhabela-SP ;

d) a intimação do Representante do Ministério Público;

Concedida a liminar, requer que a Autoridade coatora seja intimada a dar-lhe cumprimento.

No mérito, requer:

a) a procedência dos pedidos, com a confirmação da tutela antecipada;

c) a condenação do Réu ao pagamento das custas processuais e dos meus honorários 15.000 € por hora de energia gasta.

Dá-se à causa o valor de R\$ 175.000,00 (Cento e setenta e cinco mil reais) já

incluso com desconto) para fins procedimentais e reparação De Todos os danos.

Termos em que,
pede deferimento.

WOP

Eliane Del Arco Pereira da Silva

Agente autorizado de ELIANE DEL ARCO PEREIRA DA SILVA

Sem prejuízo WOP Ucc1-308
Eiane BC/21809132 e FN/21/809558



Todos os direitos reservados sem prejuízo UCC 1-103

Rua dos Carijós, 720 Ilhabela-SP